



Marcos Brantão/Senado Federal — 14/11/2017

“MP é importante para concretizar acordo com o Senado”, diz Eunício

Congresso começa análise da MP da reforma trabalhista

A medida provisória que altera a lei que instituiu a reforma trabalhista deve começar a ser discutida no Congresso a partir de hoje. Editada na terça-feira, a MP recebe emendas até amanhã na comissão mista responsável por analisá-la. A oposição já avisou que vai enviar várias sugestões

de mudanças ao texto original. A MP faz parte de um acordo proposto pelo governo para que a reforma trabalhista fosse aprovada pelo Senado sem alterações. Entre as mudanças em relação ao texto da lei, a MP elimina a possibilidade de acordo individual em jornadas de 12 x 36 horas. **4**

Voto distrital misto está na pauta desta semana do Plenário

Proposta que altera eleição de deputados e vereadores pode ser votada em regime de urgência. Também pode ser analisado projeto de mais recursos para a saúde pública

Senadores podem votar nesta semana projeto que institui o voto distrital misto. O novo sistema eleitoral seria aplicado para a escolha de deputados estaduais, federais e distritais e vereadores. Pela proposta, estados e municípios seriam divididos em distritos e cada eleitor teria direito a dois votos: um para o candidato do seu distrito e outro para um partido político.

Também está pronto para votação projeto que destina à saúde pública recursos arrecadados com impostos sobre medicamentos e derivados do tabaco. Outra proposta estende, por até 120 dias, o prazo de bolsas de estudos em caso de maternidade ou de adoção. O benefício seria válido para bolsas de estudo ou pesquisa concedidas por agências de fomento e que tenham duração de pelo menos dois meses. **3**

Senado discute fim de violência contra a mulher **2**

Comissão debate amanhã custo de termelétricas **3**

Grupo analisa tutela de protegidos pela Constituição **4**

Paula Góes/Rádío Senado — 16/11/2017



Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, Jorge Viana (1º à esq.) participa de debate na COP-23 em Bonn

Brasil espera sediar Conferência do Clima em 2019

O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, anunciou, durante a Conferência da ONU sobre Mudança Climática (COP-23), realizada em Bonn, na Alemanha, que o Brasil quer se-

diar a COP-25, em 2019. Para o senador Jorge Viana, o evento pode ser uma oportunidade de o país seguir com uma agenda positiva na área ambiental. **3**

Comissão faz audiência sobre medidas para serviço público

A Comissão de Direitos Humanos faz debate hoje sobre o tema “Em defesa dos serviços públicos, contra o pacote de maldades”. Entre os convidados, associações e sindicatos de diversas categorias de servidores. **2**

Artistas e curadores devem prestar depoimento em CPI

A CPI dos Maus-Tratos marcou quatro reuniões para nesta semana. Os senadores vão ouvir artistas, patrocinadores e produtores das exposições *Queermuseu* e *Brasil por Multiplicação*. **4**

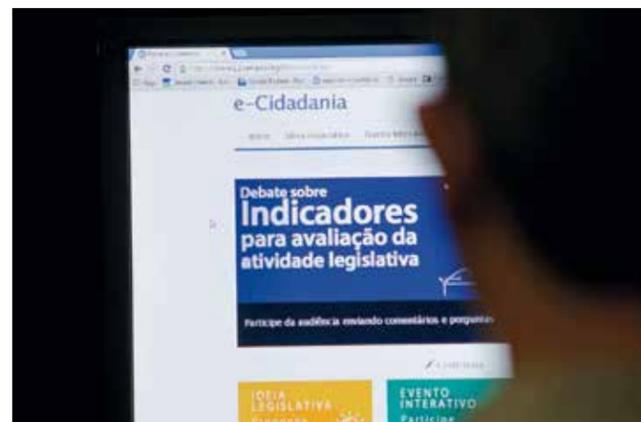
Fim de auxílio-moradia de parlamentares pode ser votado

A sugestão legislativa que prevê o fim do auxílio-moradia para deputados, senadores e juízes obteve mais de 540 mil apoios em consulta pública do Portal e-Cidadania. Cerca de 2,5 mil se posicionaram contra a extinção.

A sugestão legislativa aguarda relatório do senador

Randolfe Rodrigues na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Se o parecer for favorável, a sugestão pode ser transformada em projeto de lei.

Na Câmara dos Deputados e no Senado, o auxílio-moradia é o reembolso das despesas com estada ou moradia no Distrito Federal. **2**



Cidadãos podem sugerir projetos de lei no Senado pelo Portal e-Cidadania



Descomplicamos o orçamento público

Acesse www.senado.leg.br/sigabrasil e descubra a mais nova ferramenta do Siga Brasil, o SIGABRASIL Painéis.

Mais simplicidade e agilidade para quem deseja saber dados do orçamento federal.



Comissão analisa sugestão de fim do auxílio-moradia

Extinção do benefício para senadores, deputados e magistrados foi apresentada por cidadã e recebeu até o momento o apoio de mais de 540 mil pessoas. Cerca de 2,5 mil se posicionaram pela manutenção

O CONGRESSO NACIONAL pode discutir, em breve, o fim do auxílio-moradia para deputados, senadores e juizes. Em consulta pública realizada pelo Portal e-Cidadania, a sugestão legislativa é a que tem maior apoio popular — mais de 540 mil votos a favor — e aguarda relatório do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).



Genardo Magalhães/Agência Senado - 20/9/2017

Randolfe é relator da proposta que põe fim ao auxílio para parlamentares

Processo

Qualquer cidadão pode apresentar uma ideia legislativa. Mas somente as ideias que receberem o apoio de 20 mil internautas em um prazo de quatro meses se transformam em sugestão legislativa. Elas são encaminhadas à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde passam a tramitar. Depois disso, são debatidas pelos senadores e recebem parecer pela transformação ou não em projeto de lei ou outro tipo de proposta legislativa.

Quando estava na condição de ideia legislativa, apresentada pela cidadã Marcela Tavares, do Rio de Janeiro, a proposta obteve mais de 250

mil apoios. Foi transformada, então, na **SUG 30/2017**. A proposta recebeu ainda mais apoio dos cidadãos pela internet. Tem até o momento o apoio de mais de 540 mil pessoas. Pouco mais de 2,5 mil se posicionaram contra a extinção do benefício.

Reembolso

Na Câmara e no Senado o auxílio-moradia é o reembolso das despesas com estada ou moradia no Distrito Federal. Os senadores que não ocupam apartamentos funcionais podem optar pelo auxílio-moradia no valor mensal de R\$ 5,5 mil com a finalidade de cobrir despesas com aluguel

ou diária de hotel. O valor para os deputados é de R\$ 4,2 mil.

O auxílio-moradia é pago mediante a apresentação da nota fiscal emitida pelo estabelecimento hoteleiro ou do recibo emitido pelo locador do imóvel residencial ocupado pelo parlamentar.

O e-Cidadania é um instrumento de interatividade criado para aproximar a população da elaboração das leis. O processo para apresentar uma ideia é simples: basta preencher um formulário disponível no portal, que não exige conhecimento de técnica legislativa.

Opine senado.leg.br/ecidadania

Começa campanha que combate violência à mulher

A Procuradoria Especial da Mulher do Senado e o Fórum de Mulheres do Mercosul (DF) promoverão debate hoje com o tema “Homens parceiros, sentimentos verdadeiros: pelo fim da violência contra a mulher”. A iniciativa faz parte da campanha nacional “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”. O evento ocorrerá às 18h30 no Senado.

O objetivo da campanha é sensibilizar e dar visibilidade às diferentes formas de violência contra as mulheres. No DF, o tema abordado será “Meni-

nas, mulheres e respeito”. Até 6 de dezembro serão realizadas atividades de capacitação de profissionais de saúde, mobilização em hospitais e debate com a comunidade.

Foram convidados a professora decana de extensão da Universidade de Brasília Olgamir Amancia; a presidente da União de Negros pela Igualdade no DF, Santa Alves; o promotor de Justiça Thiago Pierobom, do Ministério Público do DF; e o coordenador do Serviço de Urologia do Hospital Regional da Asa Norte, Wellington Epaminondas.

A campanha dos 16 dias de ativismo é uma mobilização mundial que ocorre desde 1991 e é promovida pela ONU Mulheres. Desde a primeira edição, mais 160 países aderiram à iniciativa. No Brasil, a campanha acontece desde 2003 e, para destacar a discriminação vivida pelas mulheres negras, as atividades aqui começam em 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

Em 2016 foram 360 registros de violência contra mulheres no DF e neste ano até outubro já são 560, segundo dados oficiais.

Medidas do governo para servidores serão discutidas hoje

A Comissão de Direitos Humanos fará hoje audiência pública com o tema “Em defesa dos serviços públicos, contra o pacote de maldades”. O debate, às 14h30, terá caráter interativo.

Foram convidados representantes de associações e

sindicatos de servidores públicos de diversas áreas, como professores, auditores-fiscais, policiais, técnicos de finanças e controle e servidores administrativos.

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar do debate

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

CDR Cultura do forró

9h Seminário em João Pessoa sobre proposta pela proteção da cultura do forró.

ESTATUTO DO TRABALHO Tutela

9h Audiência interativa sobre a tutela de pessoas protegidas pela Constituição.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Pronunciamentos e avisos da Mesa.

CDH Servidores

14h30 Audiência com servidores públicos.

PROCURADORIA DA MULHER Campanha

18h30 Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

TERÇA

CDH Morte do reitor da UFSC

9h Audiência sobre a morte do reitor da Universidade Federal de Santa Catarina.

CI Riscos hidrológicos

9h30 Audiência sobre riscos hidrológicos.

CAE Tarifa Social de Água e Esgoto

10h Entre 14 itens, o PLS 505/2013, que cria a Tarifa Social de Água e Esgoto.

CCJ Segurança pública

10h Audiência interativa sobre a Política Nacional de Segurança Pública.

CPMI DA JBS Delações premiadas

10h Audiência interativa sobre os impactos da delação premiada.

CRA Rotulagem

11h Entre 7 itens, o PLS 119/2014, sobre rotulagem de produto animal embalado.

CE Pronatec

11h30 Avaliação do Pronatec. Após, 14 itens.

CMA Faixas não edificáveis

11h30 Na pauta, o PLS 66/2014, que flexibiliza limite de faixas não edificáveis em rodovias, e mais 12 itens.

QUARTA

CPI DOS MAUS-TRATOS Depoimentos

14h Depoimentos de Marcos Madureira e Sergio Rial, do Santander Cultural.

CCT Rádios

14h30 Na pauta de 82 itens, 80 concessões ou renovações de rádios.

MP 800/2017 Duplicação de rodovias

14h30 Análise do plano de trabalho.

CAS Demissão sem justa causa

9h Um dos projetos da pauta de 13 itens é sobre demissão sem justa causa.

CDR Municípios

9h Debate sobre situação financeira dos pequenos e médios municípios.

CPMI DA JBS Depoimento

9h Depoimento do ex-chefe de gabinete da PGR, Eduardo Pelella

CPI DOS MAUS-TRATOS: Audiência

9h30 Audiência com o ministro da Saúde.

CCJ Arma branca

10h Entre os 48 itens, o PLS 320/2015, que criminaliza o porte de arma branca.

CE Violência nas escolas

10h Debate sobre violência nas escolas.

CCT Internet 5G

14h Audiência sobre internet 5G.

CPI DO BNDES Depoimento

14h30 A CPI ouve Roberto Russo, ex-presidente do Frigorífico Independência.

CPI DOS MAUS-TRATOS Depoimentos

9h Depoimentos de procurador da República e do curador da *Queermuseu*.

CAE Crise fiscal

14h Audiência para debater a crise fiscal.

CPI DOS MAUS-TRATOS Depoimentos

14h Oitiva do coreógrafo Wagner Schwartz.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira

Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima

Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza

Primeiro-secretário: José Pimentel

Segundo-secretário: Gladson Cameli

Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares

Quarto-secretário: Zeze Perrella

Suplentes de secretário:

Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,

Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão

Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Silvio Burl

Coordenação de Cobertura: Paola Lima

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Sá

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Voto distrital misto pode ser analisado esta semana

Alteração no sistema para eleições de deputados e vereadores tramita com urgência. Senadores também podem votar recursos para saúde e extensão de bolsa de estudos em caso de maternidade

O PROJETO QUE institui o voto distrital misto abre a pauta de votações do Plenário de amanhã. De Eunício Oliveira (PMDB-CE), o PLS 345/2017 tramita em regime de urgência e em conjunto com os PLSs 384/2013 e 86/2017.

A proposta institui o sistema distrital misto para as eleições dos deputados federais, estaduais e distritais (DF) e vereadores. Pelo projeto, estados e municípios serão divididos em distritos e os eleitores terão direito a dois votos: um para o candidato específico do seu distrito eleitoral e outro para um partido de sua escolha.

Assim, parte das vagas em disputa será preenchida por representantes distritais (sistema majoritário) e a outra, a partir das listas de candidatos ordenadas pelos partidos. Nesse último caso, o que decidirá os vencedores é a votação proporcional de cada partido.

Outro item na pauta é o projeto que destina ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) o dinheiro arrecadado com im-

postos sobre medicamentos e derivados de tabaco. Pela proposta (PLS 147/2015), de Otto Alencar (PSD-BA), os recursos cobrirão gastos com ações e serviços públicos de saúde.

O projeto vincula ao FNS a arrecadação de quatro tributos: Imposto de Importação (II), Imposto de Exportação (IE), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ).

Bolsa de estudo

Os senadores também devem votar o projeto que permite a prorrogação de bolsas de estudo nos casos de maternidade ou de adoção. O texto foi aprovado na Comissão de Educação (CE) em setembro.

O PLC 62/2017, que tem relatório favorável de Marta Suplicy (PMDB-SP), possibilita a ampliação de prazo de bolsas de estudo ou pesquisa, concedidas por agências de fomento, que tenham duração mínima de 12 meses. A validade poderá ser estendida por até 120 dias.

Também consta da pauta de votações o projeto (PRS 55/2015) que fixa o limite de 12% para a alíquota de ICMS sobre o combustível de aviação utilizado em operações dentro do país de transporte aéreo regular, não regular e de serviços aéreos especializados.

O combustível é o item que mais influencia nos custos operacionais das aéreas. Atualmente, a alíquota varia de 12% a 25% dependendo do estado do abastecimento.

O projeto original, de Raulo Rodrigues (Rede-AP), estabelece a alíquota máxima de 18% na cobrança pelos estados do ICMS sobre o querosene de aviação. Com as mudanças do relator, Telmário Mota (PTB-RR), o teto fica em 12% e a palavra “querosene” foi substituída por “combustível” de aviação.

A alteração, sugerida por Vicentinho Alves (PR-TO), também beneficia as empresas de transporte aéreo regular e não regular que utilizam gasolina de aviação.



Brasil tem desafios na área ambiental, apontam senadores na COP-23

Brasil quer sediar, em 2019, a Conferência Mundial do Clima

Paula Groba, da Rádio Senado, de Bonn, na Alemanha

Na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-23), concluída na sexta-feira em Bonn, na Alemanha, o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, declarou que o Brasil tem todas as condições para sediar a COP-25, que será realizada em 2019.

Para o senador Jorge Viana (PT-AC), presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, o evento pode ser uma oportunidade de o país seguir com uma agenda positiva na área ambiental.

— O Brasil é um país diverso, que é o sétimo em emissões no mundo. Mas há a esperança do mundo de que a gente resolva o problema da fome produzindo mais alimentos, mas conserve a biodiversidade brasileira. A mudança do clima é uma ameaça real, concreta, e o combate para que isso não aconteça depende também do Brasil. Se formos sede daqui a dois anos, quem sabe até lá a gente pare de adotar medidas contra o meio ambiente, que comprometem os compromissos brasileiros de evitar o aumento da temperatura do planeta e trabalhe no

sentido de colaborar com o combate à mudança climática — avaliou o senador.

Viana também defendeu durante o encontro a organização de um movimento suprapartidário e a realização de uma audiência pública, ainda em 2017, para garantir o cumprimento das metas firmadas na COP-23.

Isso porque o país concluiu suas atividades na conferência com mais trabalhos a fazer.

No setor de energia, além de intensificar o uso de biocombustíveis, a intenção é ampliar os leilões de fontes renováveis para geração elétrica.

No agropecuário, a meta é ampliar programas de financiamentos para restaurar 15 milhões de hectares de pastagens degradadas até 2030.

O estímulo aos biocombustíveis e a redução de desmatamentos foram caminhos apresentados pelo Brasil para o cumprimento das metas da COP-23. Mas a representação brasileira advertiu que os projetos dependem de investimentos.

A conferência concluiu que consciência ambiental tem avançado no mundo, mas ainda está longe do ideal para o bem comum.



Plenário do Senado também pode decidir sobre limite para alíquota de ICMS para combustível de aviação

Colegiado debate amanhã alto custo do uso das termelétricas

A Comissão de Infraestrutura (CI) promove audiência pública amanhã, a partir das 9h30, para debater os riscos hidrológicos para os próximos anos e os impactos no setor elétrico.

Um dos pontos que serão discutidos é o alto custo

suportado pelas hidrelétricas por causa do sistema de compensações pelo uso de termelétricas na geração de energia, por estar havendo menos chuvas no país.

O sistema elétrico do país é interligado, e custos e ganhos são compartilhados por meio

do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Nos últimos anos, tem havido mais uso das termelétricas movidas a combustíveis fósseis. Os custos desse processo são estimados em pelo menos R\$ 20 bilhões anuais, segundo o autor do requerimento da

audiência, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), que preside a comissão. A questão foi judicializada, o que causou repercussões até mesmo nas operações do mercado de energia.

Foram convidados para o debate, entre outros, o diretor-

geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Eduardo Barata Ferreira, e o presidente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, Rui Altieri.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Código da operadora em longa distância é tema de proposta

O projeto que torna opcional o uso do código da operadora nas chamadas de longa distância está na pauta de amanhã da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

O PLS 333/2012, do senador licenciado Walter Pinheiro (sem partido-BA), concede aos

usuários a opção de firmar um contrato com uma prestadora de telefonia para eliminar a necessidade de discar o código ao realizar as chamadas.

A possibilidade de usar os códigos de outras operadoras, usualmente de dois dígitos (15, 21, 41), será mantida caso seja

o desejo do consumidor.

Para o autor, o modelo da seleção de prestadora adotado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) tem se mostrado insuficiente para assegurar a competição no setor de telefonia. Segundo dados de 2011 da Anatel,

utilizados na justificativa, o mercado é dominado por quatro prestadoras, responsáveis por 95% das chamadas. Apenas duas, a TIM e a Embratel, respondiam por quase 75% das ligações em DDD.

O relatório de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) é pela rejeição do

projeto. Para o senador, a mudança demandaria medidas complexas que envolveriam aspectos técnicos e de regulação.

A pauta da CCT tem outros 81 itens, todos são autorizações para o funcionamento de emissoras de rádio e TV.

MP da reforma trabalhista é destaque da pauta

Medida provisória que ajusta pontos da lei sancionada recebe emendas na comissão mista até amanhã. Oposição já anunciou que apresentará várias sugestões ao texto

A MP 808/2017, que fez ajustes na reforma trabalhista (Lei 13.467/2017), promete ser um dos temas dominantes da agenda do Congresso nos próximos dias. Editada na terça-feira, véspera de feriado, ela deve começar a ser debatida na sessão não deliberativa de hoje.

O prazo de recebimento de emendas na comissão mista que vai apreciar a MP termina amanhã. A oposição já anunciou que vai apresentar grande número de emendas.

A medida provisória é parte de um acordo proposto pelo governo para que a reforma fosse aprovada no Senado sem alterações — evitando, assim, que retornasse à Câmara e acelerando sua sanção. Os pontos mais polêmicos da reforma seriam ajustados pela MP.

No dia da edição da medida, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), justificou por que os ajustes foram feitos por MP e não por projeto de lei: “Um projeto de lei não começa a valer de imediato e haverá uma insegurança jurídica grande de que a regra valerá para as mudanças que queremos fazer”, explicou no Twitter.

Para o presidente do Senado, Eunício Oliveira, a MP era importante para concretizar o cumprimento do acordo firmado quando da votação da reforma na Casa, em julho.

— Seria extremamente deslegante com o Senado que um compromisso feito com o líder do governo, em nome do governo, não se concretizasse.



Presidente do Senado, Eunício disse que a MP é importante para concretizar o cumprimento do acordo firmado na votação do projeto

A MP 808, porém, não pôs fim às controvérsias em torno do texto. A oposição fez críticas ao teor da medida.

Alterações

Para Fátima Bezerra (PT-RN), as alterações não mexeram com os pontos que considera mais negativos:

— O ditado popular que diz que “a emenda ficou pior do que o soneto” se aplica exatamente à Medida Provisória 808. As mudanças não alteram em absolutamente nada o texto que foi aprovado pela maioria do Congresso.

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), “o governo Temer conseguiu piorar o que já estava ruim”:

— Ele descumpriu o compromisso com sua base e trouxe insegurança jurídica ao esperar 124 dias para editar uma MP. Um retrocesso sem tamanho — afirmou a senadora na página de seu partido na internet.

Entre outras alterações em relação ao texto sancionado, a MP elimina a possibilidade de acordo individual fixando a jornada em 12 horas de trabalho por 36 de descanso; estabe-

lece o teto dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social como parâmetro de indenização por dano extrapatrimonial; afasta a gestante de atividades insalubres, mas prevê que ela apresente laudo médico se desejar exercê-las, desde que com grau mínimo e médio de insalubridade; proíbe contrato de exclusividade com trabalhador intermitente; e exige que o contrato intermitente seja registrado na carteira de trabalho. A MP também prevê que a lei se aplica aos contratos de trabalho vigentes.

Tutela de pessoas protegidas pela Constituição é tema de debate

A Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho promove hoje uma audiência pública para debater a tutela dos segmentos da sociedade protegidos pela Constituição — como pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, mulheres, idosos, negros e índios.

Entre os convidados para o debate, estão o secretário nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Juvenal Araújo, e a coordenadora do Combate ao Trabalho Infantil da Superintendência Regional do Trabalho do Estado de Goiás, Katleem Marla Pires de Lima. O desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, e a pedagoga Ivania Ferronato

também participarão da audiência.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, a Confederação das Mulheres do Brasil, a Funai e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) também devem enviar representantes para o encontro.

A audiência atende a requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS) e será realizada de forma interativa, com a possibilidade de participação popular.

A subcomissão foi criada no âmbito da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate



Paulo Paim requereu a audiência na comissão, presidida por Telmário Mota

CPI dos Maus-Tratos ouve artistas e curadores

A CPI dos Maus-Tratos, que é presidida por Magno Malta (PR-ES), agendou quatro reuniões entre amanhã e quinta-feira. Na pauta estão oitavas de artistas, patrocinadores e produtores das mostras *Queermuseum* e *Brasil por Multiplicação*. A CPI investiga irregularidades e crimes relacionados a maus-tratos contra crianças e adolescentes.

Exposição

Para falar hoje sobre a *Queermuseum* foram convocados o presidente do Santander Brasil, Sergio Rial, e o presidente do Santander Cultural, Marcos Madureira. O banco patrocinou a exposição.

A mostra, inaugurada em agosto em Porto Alegre e posteriormente cancelada, provocou reações de setores da sociedade que se sentiram ofendidos com parte de seu conteúdo, relacionando-o à pedofilia, à zoofilia e ao desrespeito a princípios cristãos.

Ministro da Saúde

Para amanhã está prevista a realização de audiência pública com o ministro da Saúde, Ricardo Barros. Os internautas interessados em enviar comentários e perguntas para esta audiência podem usar o

Portal e-Cidadania.

Para a quinta-feira, às 9h, havia sido agendada a oitava, sob condução coercitiva, do curador da mostra *Queermuseum*, Gaudêncio Cardoso Fidélis. Em 3 de outubro o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes cancelou a condução coercitiva pela Polícia Federal, mantendo apenas a convocação, e garantiu ao curador os direitos de permanecer em silêncio, de ser assistido por advogado e de não se autoincriminar.

Para justificar a convocação de Fidélis, Magno Malta citou nota divulgada em setembro pelos procuradores de Justiça Alexandre Lipp e Silvio Munhoz, do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Para eles, a *Queermuseum* “tinha o nítido propósito de erotizar o público-alvo e induzi-lo a tolerar condutas como orgias, zoofilia e vilipêndio a símbolos religiosos”.

Performance

Às 14h serão ouvidos o coreógrafo Wagner Schwartz e o curador da mostra *Brasil por Multiplicação*, Luiz Osorio.

Malta afirmou que no dia 26 de setembro, na abertura da exposição no Museu de

Arte Moderna de São Paulo, Schwartz se apresentou nu e uma menina, “aparentemente com menos de 10 anos de idade, foi instigada e incitada a tocar em seu corpo”. O senador lembrou que a performance foi registrada e divulgada nas redes sociais provocando forte reação em setores da sociedade. O presidente da CPI ainda mencionou que há outros registros de fotos nas redes sociais do coreógrafo com a mesma apresentação na Bahia, em que outras crianças também tocam o corpo nu do artista.

Classificação

Também na quinta-feira pela manhã está previsto o depoimento do procurador Fernando Martins. Ele é o autor da recomendação do Ministério Público Federal para que o Ministério da Justiça altere a portaria que trata da classificação indicativa de exposições e apresentações ao vivo, com o objetivo de preservar crianças e adolescentes.

Malta cita no requerimento que o Ministério da Justiça tem 30 dias para cumprir essa recomendação.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate